

http://gsa2.trt4.jus.br/search?q=cache:3qJBYq9QPG0J:iframe.trt4.jus.br/nj4_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF
%3FpCodAndamento%3D31632344+inmeta%3ADATA_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a
%C3%A7%C3%A3o+civil+p%C3%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-
8&lr=lang_pt&access=p&oe=UTF-8

0009400-12.2008.5.04.0005 (RO)

Redator:

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Data:

02/07/2009 **Origem:**

5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

EMENTA: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REPRESENTAÇÃO SINDICAL. CATEGORIA PROFISSIONAL. IRREGULARIDADE.** Hipótese em que os elementos probatórios contidos nos autos permitem concluir que o réu tem empreendido incessantes esforços no intuito de representar a categoria profissional dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, através da criação e direção de vários sindicatos, se utilizando de manobras fraudulentas e contrárias à lei, mormente porque comprovado que não pertence àquela categoria profissional. Desrespeito à legítima representação sindical que se reprime mantendo-se a sentença que fixou obrigação de não fazer ao réu, agregada à *astreinte*.

VISTOS e relatados estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO** interposto de sentença proferida pelo MM. Juiz André Reverbel Fernandes, da 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, sendo recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E VALTER FERREIRA DA SILVA** e recorrido **OS MESMOS**.

Inconformados com a sentença proferida nas fls. 646-51, complementada nas fls. 658 e 695, que julgou procedente em parte a **Ação Civil Pública**, o réu e o autor interpõem recursos.

O réu, pelas razões das fls. 661-88, renova a arguição de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para propor a presente **ação** bem como de sua ilegitimidade passiva para figurar no pólo passivo da demanda. No mérito, requer a reforma da sentença que lhe determinou que se abstinhasse da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, da categoria dos instrutores de direção veicular, até que venha eventualmente a exercer atividade de instrutor empregado em Centros de Formação de Condutores - CFCs, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidades praticadas e reversíveis ao FAT e também para que se abstinhasse da prática, por si ou por terceiro, de utilização de siglas sindicais ou de qualquer outro ato tendente a burlar ou fraudar o sistema representativo sindical, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidade praticada, atualizável e reversível ao FAT, bem como o condenou ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 20.000,00, revertida ao FAT ou, se mantida, requer a redução do valor arbitrado.

O Ministério Público do Trabalho, pelas razões das fls. 700-6, requer a reforma do julgado para ampliar a condenação, inclusive para que o réu se abstenha da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, de categoria a qual não pertence, até que venha eventualmente a exercer atividade na área, a dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidade praticada, atualizável e reversível ao FAT, e não somente à categoria dos instrutores de direção veicular, postulando, acaso não possível o pronto julgamento, a declaração de nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional, com retorno dos autos à origem para que seja proferido novo julgamento.

Com contrarrazões do autor (fls. 708-22) e do réu (fls. 728-31), os autos são encaminhados a este Tribunal para julgamento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

I - RECURSO DO RÉU. MATÉRIA PREJUDICIAL

1. DA ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O Juízo da origem rejeitou a arguição do réu de ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para a propositura da presente **ação civil pública**. Entendeu o julgador que a demanda tem como objetivo a proteção de interesses coletivos, já que visa coibir prática do réu que atinge todos os trabalhadores pertencentes à categoria dos instrutores e empregados em CFCs, hipótese autorizada pelo art. 1º da Lei 7.347/85 e art. 83, III, da Lei Complementar nº 75/93.

O réu, inconformado, recorre da decisão. Renova os termos da defesa no sentido de que a Lei nº 7.347/85 e Lei Complementar nº 75/93 não autorizam o Ministério Público do Trabalho a propor **ação** atinente aos direitos individuais de um grupo específico de trabalhadores pertencentes à categoria profissional, na qual não é vítima, como no presente caso.

Ao exame.

Conforme o artigo 129, III, da Constituição Federal, insere-se no rol de atribuições do Ministério Público “promover o inquérito **civil** e a **ação civil pública**, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.”

Por outro lado, dispõe o artigo 83 (*caput* e inciso III) da Lei Complementar nº 75/93, que compete ao Ministério Público do Trabalho “promover a **ação civil pública** no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos”. No caso dos autos, em que o MP alega a prática de irregularidades pelo réu, que atinge todos os integrantes de categoria profissional bem como o sistema de representação sindical, não há dúvida de que se trata de defesa de interesse coletivo - e não individual - bem como da ordem jurídica no âmbito sindical, para o qual está legitimado o Ministério Público.

De se notar, ainda, que a Lei 8.078/90 introduziu o inciso IV ao artigo 1º da Lei 7.347/85, estendendo o objeto da **ação civil pública** também “a qualquer outro interesse difuso ou coletivo”.

Neste aspecto, cabe mencionar lição doutrinária de Ives Gandra Martins Filho, citado por Valentin Carrion em seus comentários à CLT, 25ª ed., Saraiva, p. 636, no sentido de que interesses coletivos são “caracterizados pela existência de vínculo jurídico entre os membros da coletividade afetada pela lesão e a parte contrária, origem do procedimento genérico continuativo, que afeta potencialmente todos os membros dessa coletividade, presentes e futuros, passíveis de determinação.” Este último conceito corresponde, *data venia*, à situação dos integrantes da categoria profissional, entre si e em relação ao réu, sendo, ainda, certo que o procedimento genérico e continuativo atribuído ao réu afeta potencialmente todos os trabalhadores da categoria, presentes e futuros, passíveis de determinação.

Cumprе registrar que a legislação atinente à **ação civil pública**, no âmbito da Justiça do Trabalho, tem o elogiável, inovador e extremamente atualizado intento de adequar a prestação jurisdicional às aceleradas e profundas mudanças que se verificam nas relações de trabalho, de modo a assegurar quanto mais possível a efetiva e plena observância dos direitos sociais, que quase sempre terminam vulnerados, em parte ao menos, quando o direito de **ação** é limitado aos seus titulares. Tal aspecto resulta muito bem explicitado em decisão proferida pelo Eg. TRT da 3ª Região, cuja ementa a seguir se transcreve:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - As relações de trabalho já não são vistas nos dias de hoje sob o prisma individual; antes, despertam interesse nos aspectos globais, que dizem respeito a todos os trabalhadores, ou a muitos deles, pois uma única e mesma conduta ilícita pode constituir violação de direitos ou interesses de centenas e até milhares de trabalhadores. A orientação diretora das reformas processuais deste final de século aponta para a universalização da tutela jurisdicional e para a conseqüente criação de instrumentos modernos, hábeis para solucionar os conflitos envolvendo interesses difusos e coletivos em suas várias modalidades. Um desses novos instrumentos é a **ação civil pública**, cuja legitimidade ativa é atribuída ao Ministério Público pelo art. 129, III, da Constituição da República. A par dessa atribuição constitucional, a Lei Complementar nº 75/93, em seu art. 83, III, estabeleceu a competência do “Parquet” no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses difusos e coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Por meio da **ação civil pública** o “Parquet”

cumpra sua missão de defender a própria ordem jurídica que assegura aqueles direitos, na tutela não somente de um grupo específico de trabalhadores, mas também dos futuros, dos ausentes, dos minoritários, dos dissidentes e dos desconhecidos, na expressão do eminente jurista Messias Pereira Donato. É de decisiva importância o comprometimento do Ministério Público e do Poder Judiciário, na aplicação deste instrumento processual relativamente novo, que é a **ação civil pública**, pois permitirá extrair dela todo o seu potencial de virtude e eficácia, conforme pretendeu o legislador.” (TRT 3ª R - RO 17507/99 - 5ª T - Rel. Juiz Sebastião Geraldo de Oliveira - DJMG 30.09.2000 - *in* Revista de Jurisprudência Trabalhista, HS Editora, nº 202, p. 92.)

Nega-se, dessarte, provimento ao recurso no tópico em exame.

2. DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O Juízo da origem rejeitou também a arguição de ilegitimidade passiva do réu para responder a presente **ação** sob o fundamento de que todos os fatos narrados na inicial são atribuídos a ele, destacando que a existência de sua responsabilidade ou não é matéria de mérito.

Insurge-se o réu contra a decisão. Afirma que somente poderiam ser demandados na **ação** os sindicatos dos quais o recorrente, sob o suposto conluio de formação de sindicatos, era representante.

Ao exame.

Tendo o autor atribuído ao réu a prática de todos os atos narrados na inicial é o quanto basta, por si só, para legitimá-lo a figurar no pólo passivo da relação processual. Na realidade, a tese do recorrente constitui o próprio *meritum causae*, não se tratando de controvérsia acerca de condições da **ação**, mas sim de oposição à pretensão deduzida pelo autor.

Mantém-se a sentença, negando-se provimento ao recurso do réu, no tópico.

II - RECURSOS DO AUTOR E DO RÉU. MATÉRIA COMUM

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRÁTICAS IRREGULARES DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL. CATEGORIA PROFISSIONAL

A sentença julgou procedente em parte a presente **ação civil pública** promovida pelo Ministério Público do Trabalho determinando ao réu que se abstenha da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, da categoria dos instrutores de direção veicular, até que venha eventualmente a exercer atividade de instrutor empregado em Centros de Formação de Condutores - CFCs, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidades praticadas e reversíveis ao FAT, e para que se abstenha da prática, por si ou por terceiro, de utilização de siglas sindicais ou de qualquer outro ato tendente a burlar ou fraudar o sistema representativo sindical, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidade praticada, atualizável e reversível ao FAT. Para tanto, o julgador entendeu provada a prática de irregularidades pelo réu, na tentativa de se inserir na representação da categoria dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs - atualmente representada pelo SEAACOM -, através de vários sindicatos, com diversos atos fraudulentos. Destacou que o réu criou o SIAMERGS (Sindicato dos Instrutores e Empregados em Centros de Habilitação e Formação de Condutores de Auto e Moto Escola do Estado do Rio Grande do Sul), fez parte da diretoria do SINS (Sindicato dos Instrutores de Condutores de Veículos Automotores do Estado do Rio Grande do Sul) e presidiu assembléia que decidiu pela incorporação do SINDIETRAN (Sindicato dos Instrutores, Examinadores, Auxiliares Administrativos ligados à Áreas de Trânsito e dos Funcionários de Centro de Formação de Condutores de Veículos) pelo SINS além de ter concedido entrevista ao jornal Zero Hora como diretor do SINDIETRAN. Salienta o julgador que o papel central do réu nas irregularidades fica comprovado pelas próprias afirmações contidas na contestação, à fl. 362, de onde se conclui pela sua notoriedade e posição de destaque e, ainda, pela sua iniciativa em procurar outros sindicalistas para unificar os vários sindicatos que, paralelamente, tentavam representar a mesma categoria. Diz que o depoimento da testemunha Rodrigo, que foi presidente do SINS, confirma esta conclusão. Afirma, de outro lado, que o réu sequer pertence à categoria dos instrutores de condutores de veículos automotores já que inexiste qualquer prova de que tenha trabalhado como instrutor, salientando que o fato de ele ter participado de curso de formação de instrutor não lhe confere o direito de pertencer àquela categoria já que, para tanto, há necessidade do trabalho como instrutor de condutores de veículos nos CFCs. Menciona que há também necessidade de manter vínculo de emprego com empresa da categoria

econômica paritária, pelo que se infere do depoimento da testemunha José Nivaldo, que afirma que o instrutor somente trabalha quando existe vínculo de emprego. Refere, de outro lado, que os instrutores de direção veicular não vinculados, referidos no § 2º do art. 11 da Resolução CONTRAN nº 74/98, não mantém a instrução veicular como atividade ou profissão, porquanto a exerce em caráter gratuito, voluntário e excepcional, de modo que estes não se inserem na categoria profissional dos instrutores de condutores de veículos automotores e, conseqüentemente, não podem representá-los. Salaria o Juízo *a quo*, ainda, que o réu é presidente do SINDIMOTO, Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul, pertencendo, por óbvio à respectiva categoria, bem como é presidente de associação que presta serviço de teleentrega, Associação Estadual Central de Motoboy e Mototáxi de Tele Serviço no Estado do Rio Grande do Sul. Destaca o julgador que no estatuto do SIAMERGS, entidade criada pelo réu, consta a possibilidade de fazerem parte da categoria, instrutores não vinculados a CFCs, em clara tentativa de inserção do réu na categoria.

Recorrem ambas as partes.

O réu renova os termos de sua contestação, alegando, em síntese, que desempenha a atividade de motociclista profissional, denominado motoboy, e que em 1998, juntamente com outros profissionais, fundou entidade representativa sindical (SINDIMOTO), sendo eleito na condição de tesoureiro. Entre 2000 e 2004, se formou como instrutor de motociclista e, posteriormente, iniciou o curso de instrutor de veículos automotores, época em que já ministrava aulas de pilotagem defensiva a motociclistas sócios do sindicato de que é dirigente. Em 2005, foi convidado a participar da dissociação da categoria profissional de instrutores de veículos automotores do SEAACOM, com conseqüente fundação de entidade sindical própria (SIAMERGS), com a finalidade de representar os instrutores e empregados em centros de habilitação e formação de condutores de auto e moto escola do estado do Rio Grande do Sul, da qual foi eleito como tesoureiro, cujo registro foi impugnado pelo SEAACOM, em 09-11-05, sob a alegação de que o SIAMERGS estava intervindo em categoria por ele representada. Em 11-05-06 a referida impugnação foi acatada e o pedido de registro sindical sobrestado. O SIAMERGS formulou pedido de reconsideração, que foi indeferido. Relata que paralelamente ao registro sindical do SIAMERGS, outro grupo de

profissionais ligados a instrutores e examinadores convocou pretensa fundação de sindicato de base territorial do Estado do Rio Grande do Sul, cuja representação seria no âmbito profissional do trabalhadores instrutores e examinadores de trânsito, destacando que embora ambas as entidades visassem a representação profissional idêntica, não tinham qualquer vínculo. Por esta razão, o SIAMERGS propôs **ação** cautelar visando o impedimento da assembléia de fundação desta outra entidade, não analisada em tempo hábil, com o que pereceu o seu direito, sendo encaminhado o registro sindical da entidade (SINDIETRAN) . Ainda em meados de 2006, verificou que além do pedido de registro sindical do SIAMERGS, administrativamente sobrestado, e do registro sindical do SINDIETRAN, em análise, havia uma quarta entidade sindical, com registro sindical deferido em 1991 (SINS). Com o fim de evitar prejuízos à categoria profissional dos instrutores veiculares, foi em busca da localização dos dirigentes do SINS e do SINDIETRAN, quando ganhou notoriedade pela sua articulação na negociação para fazer cessar a disputa entre entidades representantes do mesmo grupo profissional. Em setembro de 2006 foi convocada assembléia de trabalhadores, a fim de ver decidido o futuro das três entidades (SIAMERGS, SINDIETRAN e SINS), onde restou aprovada a incorporação do SINDIETRAN pelo SINS bem como a alteração do estatuto do SINS e a inscrição e eleição de novos dirigentes sindicais, tendo o réu sido eleito na condição de tesoureiro. Diz que não houve, em nenhum momento, a intenção de fraudar a criação de sindicatos, ou macular a administração de qualquer sindicato. Afirma, de outro lado, que é habilitado ao exercício de determinadas profissões, principalmente por possuir certificados de formação profissional, não havendo qualquer ressalva estabelecida no texto constitucional (art. 5º, IX e XIII). Salaria que para a preparação de candidatos à obtenção da CNH não é proibida a prática por instrutor autônomo ou especial. Diz, ademais, que os sindicatos devem ter independência em relação ao Estado, quer na sua constituição e organização, quer na escolha dos seus dirigentes e na sua administração, sendo direito de empregados constituir associações sindicais, para a obtenção do bem-comum da categoria e da paz social. Entende, assim, que para exercer qualquer cargo de representatividade sindical, o dirigente deve primordialmente ter uma profissão, ou seja, trabalho ou atividade especializada dentro da sociedade, geralmente exercida por profissional, que pode trabalhar sem vínculo empregatício. Reitera que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei

estabelecer (art. 5º, XIII, CF), de modo que não pode haver proibição do exercício profissional dos trabalhadores privados nem limitação à quantidade de profissão, sejam elas quantas qualificações o profissional possuir. Em decorrência, não pode haver qualquer limitação de concorrer a tantos cargos eletivos sindicais, quantos forem de suas aptidões técnicas, sob pena de se ver tolhido o princípio da dignidade humana. Assim, entende que, como instrutor de trânsito, pode atuar vinculado a um CFC, formando condutores habilitados, ou ainda em qualquer centro de aperfeiçoamento técnico para a pilotagem de motos, direção defensiva, cursos específicos em alguma entidade privada, não estando sequer subordinado a um CFC, e por conseguinte, estar vinculado ao DETRAN/RS. Invoca a Lei nº 9.503/97 (CTB) e a Resolução nº 74 do CONTRAN, dizendo que a formação de condutores veiculares pode ser realizada por instrutores, práticos ou teóricos, vinculados ou não-vinculados a CFCs, e destacando que desempenha funções ligadas a instrução de condutores. Assevera que a barreira imposta pelo DETRAN/RS, de não autorizar a instrução de aulas para condutores de habilitação nacional, de forma autônoma, e portanto não-vinculados a CFCs, é inconstitucional, face à disposição do art. 5º, XIII, da CF. Acresce que o art. 1º, § 1º, alínea “a”, do estatuto do SIAMERGS, prevê a possibilidade de integrar a categoria profissional dos instrutores teóricos e/ou práticos, independentemente de ter ou não vínculo de emprego com um CFC. De outro lado, diz que as siglas pertencem aos sindicatos, de modo que nunca usou, nunca poderá e sequer pretende se utilizar de siglas já que não detém legitimidade para alterar qualquer sigla sindical, sendo, portanto, ilegítimo para responder por tal pretensão. Além disso, afirma que nunca atuou na direção do SINDIETRAN.

O autor, por sua vez, requer a reforma do julgado para que a condenação seja para que o réu se abstenha da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, de categoria a qual não pertence, inclusive, até que venha eventualmente a exercer atividade na área, a dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidade praticada, atualizável e reversível ao FAT, e não somente à categoria dos instrutores de direção veicular, postulando, acaso não possível o pronto julgamento, a declaração de nulidade da sentença, por negativa de prestação jurisdicional, com retorno dos autos à origem para que seja proferida novo julgamento.

Argumenta que a sentença, na forma posta, não atinge o objetivo de evitar que o réu volte a tentar a representação de outras categorias, como por exemplo, da categoria genérica dos empregados em CFCs. Prequestiona os artigos 511, § 2º, 529, “a”, 530, III e 540, § 1º, da CLT.

Ao exame.

Toda a documentação constante dos autos, e que foi minuciosamente analisada pelo Julgador da origem, aponta para as seguintes conclusões:

- A categoria dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs - atualmente é representada pelo SEAACOM (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul);
- O réu, Valter Ferreira da Silva, é presidente do SINDIMOTO (Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul) e da Associação Estadual Central de Motoboy e Mototáxi de Tele Serviço no Estado do Rio Grande do Sul (fls. 45-87);
- Em 1991 foi fundado o SINS (Sindicato dos Instrutores de Condutores de Veículos Automotores do Estado do Rio Grande do Sul), que propôs **ação** contra o SEAACOM buscando a representação da categoria que este representa, julgada improcedente (fls. 214-24);
- Em 2004, o réu lançou edital de assembléia para ampliar a base de representação do SINDIMOTO, no intuito de abranger também os empregados em CFCs e empregados em tele-entregas, tendo o SEAACOM se oposto através de **ação** que ainda se encontra em tramitação;
- Em abril de 2005, o réu e outras pessoas, inclusive seu filho, Avelino Bueno de Camargo Ferreira da Silva, fundaram o SIAMERGS (Sindicato dos Instrutores e Empregados em Centros de Habilitação e Formação de Condutores de Auto e Moto Escola do Estado do Rio Grande do Sul), com a finalidade de representar os instrutores e empregados em centros de habilitação e formação de condutores de auto e moto escola do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido eleitos para a direção do sindicato,

Avelino como Presidente e o réu na condição de tesoureiro (fls. 89-117 e 164-211). O registro foi impugnado pelo SEAACOM, tendo sido acatada a impugnação e o pedido de registro sindical sobrestado. O SIAMERGS formulou pedido de reconsideração, que foi indeferido e, posteriormente (agosto/2006), ajuizou **ação** judicial, que se encontra em fase de instrução (fls . 145-62).

► Houve a criação de um terceiro sindicato SINDIETRAN (Sindicato dos Instrutores, Examinadores, Auxiliares Administrativos ligados à Áreas de Trânsito e dos Funcionários de Centro de Formação de Condutores de Veículos), que o réu se apresenta como seu diretor, em reportagem concedida ao jornal Zero Hora (fl. 576);

► Em outubro de 2006 foi realizada assembléia de trabalhadores, com a participação dos três sindicatos (SIAMERGS, SINDIETRAN e SINS) onde restou deliberada a incorporação do SINDIETRAN pelo SINS e a manutenção paralela do SIAMERGS, assumindo, o réu e outras pessoas, a direção do SINS, sendo aquele na condição de tesoureiro (fls. 226-32);

► Ficou decidido na referida assembléia, ainda, que o pedido de registro do SINDIETRAN junto ao Ministério do Trabalho e Emprego deveria ser extinto juntamente com a entidade, incorporada ao SINS. No entanto, isto não foi realizado, mas, do contrário, foi formulado pedido de reconsideração da decisão do MTE que, no início de 2006, determinara a retificação de documentos e juntada de outros (fls. 243-330).

► Em agosto de 2007 há chamamento de assembléia pelo SINS tendo por objetivo deliberar, dentre outros assuntos, sobre a alteração do nome do sindicato de SINS para SINDIETRAN, tendo em vista o pedido de reconsideração junto ao MTE, com a possibilidade de concessão do registro.

Os pontos destacados não são, propriamente, objeto de discordância das partes, mas sim sua interpretação judicial conferida na sentença. De um lado está o Ministério Público, entendendo pela prática de atos ilegais pelo réu tendentes à sindicalização irregular e desvirtuamento de sindicatos profissionais não apenas da categoria dos instrutores de condutores de veículos e, de outro, o réu, entendendo que agiu dentro da

legalidade e no exercício do direito fundamental ao exercício de profissão e à sindicalização.

Há que se destacar aqui que não se está diante de discussão sobre quem exerce a representação da categoria profissional dos instrutores de condutores de veículos, embora a presente discussão seja subjacente às alegações que ora se analisam, mas sim, verificando-se a conduta do réu como partícipe de atuação política-sindical. A discussão alusiva à representação e unicidade sindical da categoria profissional dos instrutores de condutores de veículos corre no primeiro grau de jurisdição em quatro ações distintas, reunidas para julgamento conjunto consoante consignado em ata de audiência do processo nº 00863-2006-026-04-00-1 de 24-03-2009, aguardando a realização de audiência designada para 17-06-2009 (consulta ao sistema informatizado deste Tribunal, processos números 00863-2006-026-04-00-1, 00877-2007-026-04-00-6, 00, 00878-2007-026-04-00-0 e 00291-2009-02 6-04-00-3).; portanto, ainda não há julgamento de primeira instância a respeito.

E tendo-se presente a alegação de prática de atos tendentes à sindicalização irregular e desvirtuamento de sindicatos profissionais pelo réu - o que o que tem a ver com liberdades fundamentais garantidas a todo indivíduo como a de livre exercício profissional, sindicalização e/ou associação com grupos que detém interesses similares -, liberdades que geram ao Estado e à toda a coletividade o dever de abstenção ou de não-interferência, salvo por decisão judicial motivada e transitada em julgado, há que se ter cuidado redobrado no exame da causa.

Para tanto, há que se destacar alguns conceitos jurídicos importantes, como o conceito de categoria profissional que, nos termos do art. 511, §§ 2º e 4º, da CLT, são a “§2º Similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional” e “§ 4º Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural”.

A respeito desse conceito, ensina Valentim Carrion que *“Conceituamos categoria profissional como o conjunto de trabalhadores que têm, permanentemente, identidade de interesses em razão de sua atividade laborativa. É conceito de contornos imprecisos, diante da multiplicidade de situações que a vida apresenta e da possibilidade de fracionamento dos grupos em subgrupos.”* (in Comentários à CLT. SP: Saraiva, 2008, 33ª edição, p.425).

A alegação maior do Ministério Público é a de que o réu “nunca trabalhou como empregado de Centro de Formação de Instrutores - CFC e nunca exerceu a profissão de instrutor de condutores de veículos (...). Está, no entanto, a todo custo, junto com outras pessoas, mas sempre na condição de figura central, tentando criar e dirigir sindicato que represente a categoria, utilizando-se inclusive de fraude” (fl. 3).

Então importa perquirir se a prova dos autos autoriza a primeira ilação da inicial, de que o réu nunca pertenceu à categoria profissional dos instrutores condutores de veículos.

É condição para que o trabalhador seja integrante da categoria dos instrutores condutores de veículos que ele seja empregado vinculado a um Centro de Formação de Condutores - CFC. Isso porque a Resolução CONTRAN nº 74/98, a par de estabelecer que existem dois tipos de instrutores: os vinculados e os não-vinculados ao CFC, dispõe que o instrutor de direção veicular não vinculado é aquele que, habilitado por exame de avaliação da Controladoria Regional de Trânsito - CRT, não mantém vínculo com qualquer curso nem faz da instrução para aprendizagem uma atividade ou profissão, exercendo-a em caráter gratuito, voluntário e excepcional (art. 11, § 2º, fl. 122). Inclusive determina que este tipo de instrutor só poderá instruir dois (2) candidatos em um período de 12 meses. Portanto, tais instrutores não se inserem na categoria profissional dos instrutores de condutores de veículos.

O réu, embora tendo concluído os cursos de instrutor e examinador de trânsito (fls. 90-1) e possuindo o registro junto ao DETRAN desde janeiro de 2006 (fl. 117), não é e nunca foi empregado de Centro de Formação de Condutores - CFC, tampouco exerce ou exerceu atividade ou profissão dentro desta área. A testemunha José Nivaldo, convidada pelo réu, afirma que “não sabe se em alguma oportunidade o réu chegou a trabalhar como instrutor e examinador de trânsito” (fls. 610-11). Além disso, esclarece a

testemunha que “não há instrutores trabalhando com a credencial do DETRAN sem vínculo de emprego; que atualmente instrutor sem vínculo de emprego só pode dar aulas como avulso” (fl. 611). Ainda, a segunda testemunha convidada pelo réu, Rodrigo Alves, igualmente afirma que “não sabe informar se o réu, em alguma oportunidade, trabalhou como instrutor ou empregado de CFC” (fl. 612).

Nesse ponto releva destacar outro conceito jurídico, qual seja, o da possibilidade de votar e ser votado para cargo de administração ou de representação sindical. Os artigos 529 e 530 da CLT, que estabeleciam condições para o direito do voto como para a investidura em cargo ou administração ou representação econômica ou profissional, estão prejudicados com o advento da Constituição Federal de 1988. O art. 8º da Constituição, que inaugurou nova ordem sindical, não estabelece condições ou restrições para tanto, deixando ao estatuto sindical aprovado eventuais requisitos para o ingresso em cargos de administração e representação sindical. Isso significa que basta o trabalhador pertencer à categoria profissional que alberga seu sindicato e observar a filiação e as regras estatutárias que pode candidatar-se, votar e ser votado para cargo de administração ou de representação sindical. Esta liberdade é reafirmada na Constituição, quando expressamente destaca o direito do trabalhador aposentado filiado votar e ser votado nas eleições de organizações sindicais, numa clara demonstração de que se até ao aposentado se estende esse direito, com mais propriedade cabe ao trabalhador na ativa.

Da soma dos dois conceitos jurídicos e à luz da prova dos autos, temos que não ficou comprovado que o réu efetivamente pertença à categoria dos instrutores de condutores de veículos vinculados à CFCs, que são aqueles que fazem dessa instrutoria atividade profissional, ligados por vínculo de emprego ou outra espécie de contrato de trabalho - restando comprovada a alegação principal da inicial.

E não pertencendo o réu à categoria profissional dos instrutores de condutores de veículos vinculados, não lhe era legítimo praticar atos que tendessem ao desmembramento de sindicato, união de sindicato, bem como de representação da referida categoria. Não lhe socorre, portanto, a alegação de que tem direito ao livre exercício de trabalho ou profissão, porque realmente essa liberdade lhe é garantida,

mas não pode fazer dela meio de desvirtuar a representatividade sindical daqueles que consigo não tem identidade de interesses em razão de sua atividade laborativa.

A análise da prova autoriza as mesmas conclusões a que chegou o Juízo da origem: o réu Valter Ferreira da Silva tem empreendido incessantes esforços no intuito de representar a categoria profissional dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, cuja representação atual, embora pendente de afirmação judicial, pertence ao SEAACOM, através da criação e direção de vários sindicatos, inclusive se utilizando de manobras fraudulentas e contrárias à lei. O réu criou o SIAMERGS, fazendo parte de sua direção, bem como comandou assembléia que decidiu pela incorporação do SINDIETRAN pelo SINS, assumindo também a direção deste, e concedeu entrevista ao jornal Zero Hora onde se apresentou como diretor do SINDIETRAN, além de ter tentado também ampliar a base de representação do SINDIMOTO, de que é presidente, no intuito de abranger também os empregados em CFCs. Diante de tudo que se expôs, é imperativo que se conclua que o constante do estatuto do SIAMERGS, entidade criada pelo réu, quanto à possibilidade de fazerem parte da categoria os instrutores não vinculados a CFCs, é ilegal e denota mais uma tentativa de inserção do réu na categoria profissional.

Pelos fundamentos expostos, merece ser confirmada a sentença que reputou irregulares os atos praticados pelo réu no intuito de representar categoria a que não pertence, em desrespeito à legítima representação sindical.

No entanto, procede em parte o apelo do MPT.

A prova dos autos demonstrou que a categoria a que o réu tenta representar é a dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, e não somente dos instrutores de direção veicular. Mas o recurso do autor não pode ser acolhido na íntegra, em face da prova produzida e também porque o pedido tem que ser certo e determinado (art. 286, CPC), o que não se identifica na pretensão de que o réu se abstenha da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, de “*categoria a qual não pertence*”. Ademais, a se acatar a pretensão recursal do MPT, de que o réu se abstenha de representar qualquer categoria a qual não pertence, se corre o risco de restringir o livre exercício de

trabalho, ofício ou profissão ou se de se interferir na constituição, organização ou administração dos sindicatos, o que implica em possibilidade de afronta à liberdades fundamentais.

Assim, impende reformar apenas em parte a sentença para determinar ao réu que se abstenha da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, da categoria dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, até que venha eventualmente a exercer atividade na área, mantida a cominação de pagamento da multa de R\$ 100.000,00 por irregularidades praticadas e reversíveis ao FAT.

Ademais, merece ser confirmada a sentença na parte que determinou ao réu que se abstenha da prática, por si ou por terceiro, de utilização de siglas sindicais ou de qualquer outro ato tendente a burlar ou fraudar o sistema representativo sindical, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidade praticada, atualizável e reversível ao FAT. É totalmente inócua a irresignação manifestada pelo réu porquanto a presente condenação é mera decorrência da anterior e visa impedir que o réu se utilize - e não altere - de siglas sindicais para burlar ou fraudar o sistema representativo sindical, isto é, que ele, através de sindicatos, continue a tentar a representação da categoria a que não pertence, como vem fazendo até então.

De todo o exposto, nega-se provimento ao recurso do réu e dá-se parcial provimento ao recurso do autor para, reformando em parte a sentença, determinar ao réu que se abstenha da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, da categoria dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, até que venha eventualmente a exercer atividade na área, sob pena de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidades praticadas e reversíveis ao FAT.

III - RECURSO DO RÉU. MATÉRIA REMANESCENTE

DANO MORAL COLETIVO

O Juízo da origem, em razão do reconhecimento da prática de irregularidades pelo réu, conforme acima explicitadas, teve como caracterizada a lesão ao ordenamento jurídico

pátrio, condenando-o ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 20.000,00, como reparação genérica à ordem jurídica, revertida ao FAT.

Recorre o réu. Renova os termos da contestação, sustentando, em síntese, que não há prova de danos morais por ele causados, em relação à categoria profissional, muito menos há prova de dano ou prática de ato ilícito, tampouco de nexo causal entre a sua conduta e os danos alegados. Por cautela, caso mantida a condenação, requer a redução do valor arbitrado, de R\$ 20.000,00, por entender que este é excessivo.

Ao exame.

Acerca do dano moral coletivo ensina Renato Saraiva, *in* Curso de Direito Processual do Trabalho, Ed. Método, São Paulo, 4ª edição, 2007, p. 716, que este “desponta como a violação em dimensão transindividual dos direitos da personalidade. Se o particular sofre uma dor psíquica ou passa por uma situação vexatória, a coletividade, vítima de dano moral, sofre de despreço, inquietude, insegurança, descrença em relação ao poder público e à ordem jurídica.”

A prática de irregularidades pelo réu no intuito de representar categoria a que não pertence em desrespeito à legítima representação sindical está sendo coibida com comando judicial de obrigação de não fazer agregada à *astreinte*.

Entretanto, tal por si só não configura lesão à ordem jurídica que atinja interesses ou direitos difusos ou mesmo interesses ou direitos coletivos praticada pelo réu. Não há qualquer menção, sequer indícios, de prejuízos concretos que tenham decorrido dos atos realizados pelo réu.

Ademais, há que se considerar a situação peculiar do réu, que embora tentando representar categoria a que não pertence, é trabalhador sindicalista atuante (Sindimotos), atento às demandas sociais e coletivas de grupos de trabalhadores, lutando contra restrições do mercado impostas por setor econômico (exigência de vinculação da instrutoria aos CFCs), encabeçando demandas sociais reprimidas - atitudes que se revelam corajosas num cenário em que impera o “espírito de mansidão” social -, assim como há que se considerar a existência de controvérsia judicial

importante acerca da representação e unicidade sindical da categoria profissional dos instrutores de condutores de veículos, com quatro ações trabalhistas em andamento.

Portanto, não há base fática suficiente para que se mantenha a sentença que afirma lesão à ordem jurídica, pelo que dá-se provimento ao recurso do réu para absolvê-lo da indenização por danos morais coletivos arbitrada em sentença.

Ante o exposto,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região:

Por unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso do réu para absolvê-lo da indenização por danos morais coletivos arbitrada em sentença.

Por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do autor para determinar ao réu que se abstenha da prática de qualquer ato relativo à representação ou à tentativa de representação, por si ou por terceiros, da categoria dos instrutores e empregados em Centros de Formação de Condutores - CFCs, até que venha eventualmente a exercer atividade na área, mantida a cominação de pagamento de multa de R\$ 100.000,00 por irregularidades praticadas e reversíveis ao FAT.

Valor da condenação inalterado, para os fins legais.

Intimem-se.

Porto Alegre, 2 de julho de 2009 (quinta-feira).

DES. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
Relator